



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA.

Trabalho de Conclusão

Vila em Movimento

Qualificação Urbanística na Pós Ocupação da Vila

Autora: Arquiteta e Urbanista Giselle Azevedo Fraga Neta

Tutora: Prof.^a Ma. Arquiteta e Urbanista Renata Inês Burlacchini Passos da Silva Pinto

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

RUY BARBOSA / BA

Fevereiro de 2015



CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Autora Arquiteta e Urbanista Giselle Azevedo Fraga Neta

Tutora: Prof.^a Ma. Arquiteta e Urbanista Renata Inês Burlacchini Passos da Silva Pinto

Colaboração:

Assistente Social Luciana Santos Arruda

Consultoria:

Eng.^a Eliana Machado Carneiro de Moraes

Apoio:

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Secretaria Municipal de Assistência Social de Ruy Barbosa

Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Ruy Barbosa

Moradores da Vila



BANCA DE AVALIAÇÃO DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO ORAL:

Banca de avaliação realizada no dia 28 de janeiro de 2015, formada pelos membros descritos abaixo:

Membro Interno:

Prof. Me. Dr. Arquiteto e Urbanista Eduardo Teixeira De Carvalho

Membro Externo:

Arquiteta e Urbanista Maria Ângela Barreiros Cardoso

Representantes da Comunidade:

Engenheira Eliana Machado Carneiro de Moraes



RESUMO

O trabalho de conclusão aqui apresentado, tem o intuito de subsidiar informações para a produção do Termo de Referência para a qualificação urbanística na pós-ocupação da Vila. A proposta elaborada é resultado da assistência técnica em habitação e direito à cidade, desenvolvida no ano de 2014, como atuação em campo da primeira turma de especialização nessa temática, que trouxe o formato de Residência Técnica. Nesse curso, após um semestre de formação teórica os residentes definiram uma área de atuação para desenvolverem seus trabalhos. A cidade de Ruy Barbosa surgiu como possibilidade de atuação devido a contratação de uma das profissionais que fazem parte dessa turma. Com a entrega, no mesmo período, de um empreendimento composto por 60 casas, a proposta da RAU+E foi atrelada a uma demanda de acompanhamento de pós-ocupação a ser desenvolvido nessa realidade. Para essa intervenção, assume-se como objetivo geral promover o desenvolvimento comunitário através da qualificação urbanística da área no entorno da Vila, no qual a proposta consiste em criar espaços públicos que favoreçam o convívio entre os moradores, a prática de esportes, a educação ambiental e patrimonial, e como horizonte futuro a geração de renda, na busca de promover assim o fortalecimento comunitário e a melhora da qualidade de vida da população. O projeto urbanístico se entrelaça com a proposta social, orientada pela perspectiva participativa da comunidade e de uma equipe técnica requerida, ora discorrido neste trabalho de conclusão.

Palavras-chave: Vila, qualificação urbanística, educação ambiental, fortalecimento comunitário.

ABSTRACT

The final paper presented here, is intended to support information for the Terms of Reference of production for urban qualification in post-occupation of the Vila. The proposed work is the result of technical assistance in housing and right to the city, developed in 2014, as field performance of the first class of expertise in this subject, which brought the Technical Residence format. In this course, after one semester of theoretical training residents defined a remit to develop their work. The city of Ruy Barbosa emerged as a possibility of action due to hiring one of the professionals who are part of this group. With the delivery, in the same period, a development consisting of 60 houses, proposal to RAU+ E was linked to a demand for post-occupancy monitoring to be developed in this reality. For this intervention, it is assumed as a general objective to promote community development through urban qualification of the area surrounding the village, in which the proposal is to create public spaces that encourage interaction among residents, playing sports, environmental education and equity, and as a future horizon income generation, seeking thereby promoting community empowerment and the improvement of people's quality of life. The urban project is intertwined with the social proposal, guided by participatory community perspective and a technical team required, sometimes discoursed in this work completion.

Keywords: Vila, urban qualification, environmental education, community empowerment.



LISTA DE SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNH - Banco Nacional da Habitação

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PNH - Plano de Habitação Nacional

SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social



SUMÁRIO

1. Área, comunidade e termo de cooperação.....	7
1.1. Nome do bairro e localidade.....	7
1.2. Nome das Associações Parceiras e Personalidade Jurídica.....	7
1.3. Endereço completo.....	7
2. Descrição da área, problemática e justificativa para a proposta de assistência técnica.....	7
2.1. Contextualização e justificativa.....	8
2.2. Aproximação do grupo com a comunidade, breve histórico, conquistas da comunidade e descrição das problemáticas /demandas encontradas.....	10
2.3 Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta.....	18
2.3.1 Macroárea.....	18
2.3.2 Microárea.....	21
2.3.2 A Vila.....	22
2.3.4 Perfil dos Moradores.....	23
2.4 Legislação Pertinente.....	26
2.4.1- Federal.....	26
2.4.2- Estadual.....	26
2.4.3- Municipal.....	26
3. Pesquisas, oficinas e metodologias na definição da proposta de assistência técnica.....	26
3.1 Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade e definição dos projetos específicos.....	27
3.2 Projetos de referência e indicação do projeto específico no escopo geral da proposta...	27
4. Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas previstas para desenvolvimento e implantação do projeto.....	28
4.1 Objetivo geral.....	29
4.2 Objetivos específicos.....	29
4.3 Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições do projeto.....	29
4.4 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento ou implantação do projeto/ anteprojeto, como subsidio para efetivação de um o Termo de Referência.....	30
5. Viabilidade institucional, econômica e financeira.....	30
6. Equipe Técnica e Orçamento previsto.....	31
7.Cronograma previsto.....	32
8. Anexos.....	34
8.1. Bibliografia.....	34
8.2 Anexos.....	35



1. Área, comunidade e termo de cooperação.

1.1. Nome do bairro e localidade

Bairro: Dom Mathias

Localidade: Conjunto Habitacional Vila da Dignidade

1.2. Nome das Associações Parceiras e Personalidade Jurídica

- Associação Menina Mulher (Pessoa Jurídica): Rua Hermelino B. Santos, S/N, Boa Vista. Presidente: Raimunda Bispo Veloso
- Associação Filhos do mundo (Pessoa Jurídica)
- Secretaria Municipal de Assistência Social (Pessoa Jurídica): Praça Adalberto Ribeiro Sampaio, nº104, centro. CEP: 46800-000. Tel.: 3252-3357 E-mail: gabinete@smasruybarbosa.com.br
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Pessoa Jurídica)

1.3. Endereço completo

Caminho 1, s/n, Dom Mathias, Ruy Barbosa . CEP 46800-000

2. Descrição da área, problemática e justificativa para a proposta de assistência técnica.

A proposta elaborada nesse trabalho é resultado da assistência técnica em habitação e direito à cidade, desenvolvida no ano de 2014, como atuação em campo da primeira turma de especialização nessa temática, que trouxe o formato de Residência Técnica. A cidade de Ruy Barbosa surgiu como possibilidade de atuação devido a contratação de uma das profissionais que fazem parte da Residência. No mesmo período, um empreendimento composto por 60 casas foi entregue pela gestão municipal, em fevereiro de 2014. Desse modo, a proposta da RAU+E foi atrelada a uma demanda de acompanhamento de pós-ocupação a ser desenvolvida nessa realidade.

Em um primeiro período, as ações realizadas buscaram conhecer a realidade a ser trabalhada viabilizando as articulações necessárias com as políticas setoriais no sentido de garantir que aquela população tivesse o acesso aos direitos garantidos, nessa nova conjuntura da política de Habitação de Interesse Social. Portanto, é entendendo que a participação da população envolvida foi e continuará sendo o norte para realização desse trabalho que passamos a descrever essa caracterização, que é um passo essencial à proposta aqui desenvolvida.



2.1. Contextualização e justificativa.

O atual panorama da produção habitacional no país tem gerado muitas preocupações sobre seu impacto territorial e social, principalmente na trajetória da política de habitação de interesse social. É neste âmbito que o projeto proposto se embasa, principalmente sobre o PMCMV, e para tanto se faz necessário uma breve contextualização do tema e posterior adequação com a realidade encontrada na cidade de Ruy Barbosa.

A política de habitação passou por inúmeros processos, a destacar a criação em 1962 do Conselho Federal de Habitação e, posteriormente, o Plano Nacional de Habitação (PNH), em 21 de agosto de 1964. Nessa oportunidade criou-se também o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que se tornaram percussores da política de habitação. Inúmeros outros programas, diretrizes e iniciativas foram realizados após, durante as décadas de 70, 80 e 90, mas o que prevaleceu nesses períodos foi a falta de estrutura para concretizar as propostas destinadas a população de baixa renda, como nos demonstra BONDUKI e ROSSETTO, quando afirmam que:

“Entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 05 (cinco) Salários Mínimo (SM), sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 03 SM) - faixa de salário onde se concentram 83,2% do déficit habitacional quantitativo” (BONDUKI e ROSSETTO, 2008, p.09).

As implicações dessas políticas habitacionais envolveram, principalmente, o aprofundamento das desigualdades sociais à medida que criaram conjuntos às margens das cidades, localizadas em periferias, longes dos centros urbanos, polos de trabalho e equipamentos públicos, o que acabou por segregar essas regiões, bem como aumentar os custos urbanísticos. Isso se deve também ao fato da política de habitação privilegiar as faixas de renda média e média baixa.

Com o intuito de reverter esse quadro a Constituição Federal estabeleceu a responsabilidade por prover moradias como sendo compartilhada entre os governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Essa iniciativa foi reforçada nos anos posteriores pela Emenda Constitucional 26/2000 que introduz a moradia como direito social e fortalece a provisão de moradias destinadas à população de baixa renda. Diante dessa realidade, vão sendo criadas estratégias para mudança do então quadro habitacional, e algumas delas através da criação de legislações. Nesse sentido, destaca-se a aprovação da Lei 10.257 que instaurou o Estatuto da cidade, em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, a aprovação em 2004 da Política Nacional de Habitação (PNH).

Neste âmbito, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em janeiro de 2007, surge com o propósito de estimular o crescimento econômico, através de obras e investimentos envolvendo infraestrutura, nas áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, dentre outros. Nessa linha, mais precisamente no que tange o



PAC Habitação, surge o Programa Minha Casa, Minha Vida que se propõe a possibilitar o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos (reduzindo o déficit habitacional). Esse programa evidenciou a habitação de interesse social como pauta na agenda do País. E é dentro desta realidade que a proposta de projeto aqui tratada se enquadra.

O PMCMV está em vigor desde 2009, e foi dividido em duas fases, a primeira já descrita acima e a segunda que redefine a segmentação de renda e amplia o atendimento a população de baixa renda, que de acordo com o Censo Demográfico de 2010, representa 72% do déficit habitacional do Brasil, evidenciando a razão da ampliação.

O programa atingiu de fato a população de baixa renda, porém com uma produção habitacional em sua grande parte sofrível do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, com a construção de conjuntos nas periferias das cidades, fora das malhas urbanas, onde se foram criados espaços sem infraestrutura, que do ponto de vista econômico só favoreceu as grandes construtoras e os interesses de poderes envolvidos. O pacote ainda se apresenta sem perspectivas, no que diz respeito a ocupação de imóveis já construídos e sem ocupação. Que dentro do déficit habitacional simboliza uma grande porcentagem, deixando a propriedade, desta forma, de cumprir seu papel social. Portanto muitos espaços são criados em regiões sem as mínimas condições, deslocando um a população de regiões centrais para áreas sem infraestrutura urbana, como citam ARANTES e FIX:

“A existência desse imenso estoque de edificações vazias é mais um peso para toda a sociedade, pois são em sua maioria unidades habitacionais providas de infraestrutura urbana completa, sendo muitos inadimplentes em relação ao IPTU (em diversos países da Europa, por exemplo, imóveis vazios pagam mais impostos dos que os ocupados, forçando seu uso). A constituição de fundos públicos para fomentar aquisição, desapropriação e aluguel subsidiado de imóveis isolados é uma política existente em diversos países como forma de minimizar o déficit, combater a ociosidade imobiliária e o espraiamento urbano, ao mesmo tempo em que permite o atendimento imediato de famílias em situação de risco e colabora com certa mistura social, inserindo-as em áreas já urbanizadas. (ARANTES e FIX, 2009, p.11)”.

Portanto, o que se percebe é o interesse das grandes construtoras em detrimento da população de baixa renda, que sofre com a segregação sócio espacial e demonstra cada vez mais as limitações do PMCMV, o que reitera o baixo nível de desenvolvimento do setor, os impactos na estrutura urbana e social, e no meio ambiente.

Todo esse processo de privilégios e exclusões evidencia um contexto presente na história do país indicado pela colocação a seguir:

No Brasil, o “público” sempre se restringiu a uma parcela minoritária da população, aquela que compõe nosso limitado mercado de consumo (hoje em expansão), e é comum ainda hoje ver políticas urbanas destinadas à melhorias exclusivamente da cidade formal privilegiada, enquanto que obras essenciais e urgentes nas periferias pobres são preteridas. Assim, um retrospecto da ação do Estado, em todos os níveis e em todo o país, no campo urbanístico, mostra



um conjunto de políticas que muitas vezes excluem em vez de incluir, desintegram em vez de integrar, dificultam em vez de facilitar, em especial quando se trata de atender as demandas das classes sociais mais baixas (WHITAKER FERREIRA e UEMURA, 2008, p.6)

Desta forma pode se perceber a prevalência da falta de urbanização adequada nesses conjuntos habitacionais criados. Ruy Barbosa, não agiu de forma diferente, o conjunto trabalhado na proposta se localiza em uma região desarticulada da malha urbana, monofuncional, carente de equipamentos urbanos e infraestrutura, onde os moradores precisam fazer deslocamentos diários para acessar serviços e ter acesso a equipamentos urbanos.

É diante deste cenário que se justifica a escolha da localidade. A partir do interesse em trabalhar em um processo de pós-ocupação, com intuito de permitir o direito à cidade pelos moradores do conjunto. Dessa forma as Residentes trabalham as problemáticas sociais, ambientais e de infraestrutura urbana na pós-ocupação da Vila, com a finalidade de permitir uma melhor qualidade de vida, e o fortalecimento e desenvolvimento comunitário, possibilitando o acesso a uma infraestrutura adequada e equipamentos públicos.

2.2. Aproximação do grupo com a comunidade, breve histórico, conquistas da comunidade e descrição das problemáticas /demandas encontradas.

O trabalho social de pós-ocupação teve início em fevereiro de 2014, após a entrega dos imóveis. Neste momento uma das residentes fazia parte do corpo de funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e apresentou a proposta de ação para Vila, que foi então aprovada pela responsável do setor. Em paralelo a isso, foi realizada a aproximação com a comunidade através de visitas, que tiveram como objetivo responder as demandas mais emergentes, após a mudança, quais sejam elas: a transferência de alunos para escolas mais próximas; levantamento de problemas estruturais.

Essa intervenção foi sistematizada e encaminhada para os órgãos responsáveis. Nesse momento, além do levantamento, sistematização e encaminhamento das demandas para os setores municipais competentes, foi realizado um trabalho de mobilização das famílias, que foram convidadas a participar das ações do trabalho social de pós-ocupação. Além do convite, foi esclarecida a importância da participação e envolvimento dos moradores, para a viabilidade do trabalho, considerando que, sem a adesão deles, não seria possível desenvolver os propósitos do trabalho.

É importante destacar que, no período, entre a entrega das casas e o início das ações junto ao conjunto habitacional houve um movimento com relação à ocupação de unidades ainda não habitadas, com a convocação dos moradores contemplados para que efetivassem a desistência ou ocupassem essas moradias.

Diante disso, é necessário ressaltar que desde o início quando foi apresentada a proposta a Secretaria foi destacada que o papel do trabalho social, realizado em ordem pela residente Luciana Arruda, não seria de fiscalizar esse movimento de entrada dos moradores



nas casas, evidenciando os diferentes objetivos propostos no plano de trabalho. Durante esse processo foram levantados questionamentos a cerca do trabalho social realizado no pré-obras e durante a construção das habitações, e foi informado que o trabalho social foi realizado através do esclarecimento das informações quanto aos direitos e deveres dos moradores, após o recebimento das casas, e ressaltou uma dificuldade de lidar com o esclarecimento das informações direcionadas as famílias que iriam morar na Vila, pela dificuldade de compreensão das mesmas.

Também foram relatadas as dificuldades que a administração municipal teve para conseguir construir essas casas, pois houve troca da empresa responsável pela construção, paralisação de obras e muito atraso na entrega dos imóveis.

Durante esses meses iniciais, foram disponibilizadas informações sobre a proposta do trabalho através da realização de duas entrevistas para o programa “Ruy Barbosa tem ação”, transmitido pela rádio local, que teve como temas uma explanação sobre o plano de trabalho, suas propostas e linhas de ação e outra fala sobre a inovação da parceria com a UFBA.

Após esse período, foi elaborado instrumento técnico a ser utilizado como cadastro das famílias beneficiárias. Sendo que, o mesmo objetivou também o levantamento de dados para compor o diagnóstico comunitário. Esse cadastro foi realizado através de visita domiciliar a cada unidade de moradia, no caso de moradores ausentes, houve mais de uma tentativa de retorno, sendo que, aos não encontrados, foi deixado recado que pudesse procurar a técnica responsável no CRAS às terças-feiras para realizar esse procedimento. Esse instrumento compõe o anexo I desse documento.

Nesse período, foram realizados os cadastros de 46 famílias e elaborado relatório, no qual, foram notificados, para a SMAS, os casos em que os moradores sinalizaram não haver moradores no imóvel até aquele momento..

Nessa oportunidade foram encaminhadas as demandas da comunidade pela inserção em programas da SMAS como: famílias que solicitaram sua inserção no Projeto “Pão nosso de cada dia” e tiveram sua solicitação encaminhada para a técnica responsável por essa ação no CRAS. Além disso, no caso do tratamento da água para o consumo, as famílias que sinalizaram não possuir filtro em casa, foram listadas, sendo que, essa relação foi entregue a profissional responsável por distribuir filtros, que são disponibilizados através de uma parceria firmada entre o Município e o Estado numa atuação das Voluntárias Sociais da Bahia. A mesma se responsabilizou por realizar a análise da viabilidade para que as famílias sejam atendidas.

É importante sinalizar que, nesse momento, foi relatado o movimento, que foi possível observar durante a realização dos cadastros, no sentido da existência casas que estão construindo extensões para as calçadas. Diante disso, e dos problemas estruturais recorrentes foi reforçada a necessidade de um acompanhamento constante da equipe de infraestrutura



para esclarecer e orientar o movimento de reforma, construção de muros e cômodos que vem ocorrendo.

Com relação aos encaminhamentos feitos no sentido de formalizar a cooperação técnica foi enviada para a SMAS manifestação de interesse para formalizar o termo com o município, sendo que, a mesma foi aceita e assinada pela Secretária Municipal de Assistência Social, no dia 24 de abril. Após esse momento, foi enviada uma carta oficial ao curso de pós-graduação na qual a secretária confirmou o aceite da Manifestação de interesse e se posicionou reafirmando o compromisso em levar essa parceria adiante. Nesse momento, o Termo de Cooperação Técnica já foi elaborado de forma conjunta, com as Coordenadoras do curso, e foi encaminhado para assinaturas.

Terminada a realização dos cadastros chegou-se ao mês de junho com demanda de iniciar as reuniões com a comunidade. Porém, com a dinâmica desse período não seria possível contar com o apoio e estrutura Institucional, pois, a Prefeitura promove a trezena de Santo Antônio, que é padroeiro da Cidade, e envolve toda sua estrutura no evento. Como o término desse período já se aproximava dos festejos do São João e com a chegada da Copa do Mundo não foi possível dar início as reuniões nesse mês de junho. Diante dessa realidade foi elaborado um segundo plano para esse período, então, o mesmo foi utilizado para mobilização de parcerias e apresentação da proposta de trabalho em órgãos estratégicos como o Setor de Infraestrutura.

De início houve dificuldades para um trabalho intersetorial, dado que o acesso através do técnico social aos outros setores da administração municipal não foi devidamente articulado. Porém, mesmo sem essa interação inicial foi realizado um movimento no qual se buscou o acesso a esses contatos setoriais objetivando estabelecer um trabalho articulado. A partir de então, foi possível apresentar a proposta para engenheira do município, que disponibilizou alguns documentos sobre o terreno, que podem ser consultados nos anexos, e se colocou à disposição para contatos posteriores e maiores informações.

Outra parceria importante que foi articulada nesse período mobilizou o Centro Jovem São Jorge, instituição que trabalha com projetos voltados para o suporte educacional de crianças e adolescentes, através dos princípios da agricultura familiar e orgânica. Esse centro é mantido com verbas oriundas de doações de padrinhos, que moram fora do Brasil e atua numa parceria com a Escola Agrícola Mãe Jovina. Então, pelo fato de trabalhar com o desenvolvimento de hortas orgânicas, foi apresentada a proposta do plano de trabalho que consiste em estimular o desenvolvimento de uma horta comunitária mantida pelos moradores da Vila. Nesse sentido, foi solicitado o apoio de um técnico, que já trabalha no desenvolvimento e acompanhamento de hortas, para dar suporte no desenvolvimento dessa ideia, bem como para obtenção de informações referentes ao tipo de vegetação propícia ao clima da região. Com isso, foi levantada também a possibilidade do centro doar mudas para a implementação



de cercas vivas nos quintais das casas, de acordo com a mobilização de interesse dos moradores.

Com o término do mês de junho e ainda no clima de copa do mundo a comunidade foi convidada para o início das reuniões através de um convite criativo, que se utilizou do clima dos jogos para tentar atrair o interesse dos moradores para a participação nesses encontros. O mesmo pode ser encontrado em anexo.

Assim, o primeiro encontro com a comunidade teve como objetivo apresentar a proposta de trabalho e realizar a escuta das necessidades e interesses dos moradores para, a partir desses elementos, estabelecer as ações do pós-ocupação, baseadas nas prioridades da comunidade. Com esse intuito, foi necessário pensar também numa proposta para ocupar as crianças que, geralmente acompanham os pais nessas reuniões, então, foi montado um espaço para as mesmas desenharem e/ou colorirem enquanto os pais interagiam no grupo. Para esse momento foram convocados representantes de alguns setores municipais responsáveis pelas principais demandas, que já tinham sido apontadas na realização do cadastro, no intuito dos mesmos esclarecerem as dúvidas da comunidade e se posicionarem quanto aos questionamentos existentes.

Esse encontro que foi formatado como uma roda de escuta contou com a participação da Secretária Municipal de Assistência social, de Saúde e da Engenheira. Após a realização de dinâmicas de apresentação e integração foi apresentada a proposta do trabalho a ser desenvolvida, e esclarecido os eixos que foram indicados no plano de trabalho como estruturantes das ações. Nesse momento, foi ressaltada a importância da organização comunitária como estratégia de garantia de direitos nesse momento do pós-ocupação e apresentada algumas possibilidades de caminhos nessa trajetória como a construção da horta comunitária. A partir daí, foi aberta a roda para que fossem indicadas sugestões, a partir das necessidades da comunidade.

As demandas apontadas nas falas dos moradores destacaram as questões estruturais, a ausência do agente comunitário de saúde, a questão do lixo no entorno e de informações sobre a sistematização da coleta diária, da falta de segurança no local, da falta de emprego, de abusos relacionados a som alto e da presença de uso de drogas por alguns moradores.

Os representantes do poder público trouxeram a fala da necessidade de ver a nova moradia também pelo lado positivo esclarecendo as dificuldades que a administração municipal teve para conseguir viabilizar a construção daquele conjunto de casas. A engenheira esclareceu as normas do que poderia ou não ser feito com relação as intervenções na casa, e se comprometeu com os reparos estruturais relacionados a falhas da empresa, e não aos que estão associados ao que chamou de “mau uso”, dessa forma a engenheira solicitou que os mesmos informassem para a assistente social todos os problemas para que esses fossem repassados ao setor de infraestrutura.



A Secretária de Saúde informou sobre o andamento das negociações que foram realizadas com a representação dos agentes comunitários para designar um profissional para o acompanhamento das famílias ressaltando as dificuldades encontradas nesse processo e solicitando a paciência dos moradores, pois, essa negociação já estava em fase de conclusão. A Secretaria Municipal de Assistência Social esclareceu algumas dúvidas que surgiram a respeito do Programa Bolsa Família e no decorrer da reunião os participantes se dirigiram pessoalmente para fazer diversos tipos de solicitações.

Ressalta-se o desinteresse e descrença dos participantes das reuniões, reproduzindo questionamentos reflexos do sistema clientelista e paternalista instaurado no Brasil, as famílias questionaram que ganhos poderiam ter por participar das atividades e demandaram materiais de construções para intervenções particulares. Não houve cooperação para que todos ouvissem e falassem, e com relação a proposta da horta comunitária não houve adesão de nenhum morador nesse momento.

A partir dessa realidade constatada foram planejadas as duas próximas ações a serem desenvolvidas. A primeira reunião realizada foi seguida de um mutirão com o objetivo central de trabalhar a problemática do lixo.

A segunda reunião teve como temática: “o lixo: a questão transformada em possibilidade” e foi planejada para contar com três momentos. No primeiro o Secretário do Meio Ambiente iria esclarecer os dias estabelecidos pela empresa de limpeza urbana para a coleta, a maneira correta de descartar o lixo para ser coletado e a importância de seguir essas orientações para que não ocorra a poluição do entorno devido à proximidade das casas com a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Serra do Orobó. No segundo momento uma representante da Associação de Reciclagem faria a orientação de como separar material reciclável e daria início a uma mobilização de coleta a ser realizada junto às casas. Já no terceiro momento o técnico da horta comunitária apresentaria algumas experiências e modelos dessa iniciativa como estratégia de mobilização das famílias para uma tentativa de implementação. Porém, mesmo sendo mobilizada com antecedência essa reunião não contou com a participação do Secretário do Meio Ambiente, pois, na data, o mesmo estava numa viagem a Salvador; nem com a representante da reciclagem, que desmarcou sua participação próximo ao horário da realização do encontro por questões pessoais.

Diante dessa realidade, na segunda reunião foi realizada a orientação sobre os dias de coleta do lixo, a maneira correta do descarte e apresentada a proposta de montar cercas vivas nas casas onde os muros não foram construídos, sem a presença dos profissionais citados. Houve algumas colocações como “as raízes vão comprometer a estrutura da casa”, “se for com espinhos vai furar as crianças”. Mas essas dúvidas foram esclarecidas com a fala do técnico do Centro Jovem que além de esclarecer sobre as possibilidades de como montar uma horta orgânica falou de experiências de cercas viva. É importante destacar que por mais que o foco fosse a possibilidade de organização de uma horta coletiva alguns colocaram que tem



interesse de montar no seu próprio quintal. Foram trabalhadas então as duas possibilidades, a horta comunitária e em paralelo a montagem das experiências nos quintais dos interessados.

Por fim, foi feita a divulgação do mutirão como próxima atividade a ser realizada e a mobilização para que as famílias participassem desse momento. Foram realizadas também as inscrições dos interessados em formar o Grupo de trabalho da Horta Comunitária, no qual foram inscritas 12 pessoas, sendo que, dessas foram escolhidos 3 representantes para participar da escolha do terreno previsto para acontecer no dia do mutirão com a participação de representantes da vigilância sanitária.

Para a realização do mutirão foram mobilizadas a Secretaria Municipal de Saúde; do Meio Ambiente, de Infraestrutura, além da empresa responsável pela limpeza urbana. Nesse momento, foi informado o andamento e os esforços empenhados na negociação com a entidade representante dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para garantir a cobertura das famílias moradoras da Vila da Dignidade. Foi esclarecido também o fato de que o atendimento das famílias, mesmo sendo uma área ainda descoberta por agente comunitário, é de competência do posto de saúde mais próximo, nesse caso o Sóter de Jesus, situado no Bairro Dom Matias.

Nessa oportunidade, as representantes da Secretaria de Saúde solicitaram que pudessem orientar as famílias a procurar essa unidade de saúde que é, de fato, responsável por atendê-los; e já indicaram a participação da equipe do Programa Saúde da Família, que atende no Sóter, na dinâmica do mutirão como forma de aproximar a população dos profissionais, que, a partir de então, passam a ser responsáveis pelo seu acompanhamento em saúde.

Ainda nessa fase de preparação, foi arguida à engenheira sobre a confirmação de sua presença no dia do mutirão, e esta informou que usaria da oportunidade para derrubar a extensão irregular de uma das casas da Vila. A mesma argumentava que já havia sinalizado a irregularidade para a moradora por três vezes e que ia realizar essa ação como forma de dar exemplo para os outros moradores perceberem que aquele tipo de construção não era permitida. Explicitou que a obra ainda não havia passado por vistoria do Ministério das Cidades e que se essa fiscalização encontrasse aquele tipo de irregularidade outros projetos para construção de mais unidades habitacionais seriam inviabilizados, então que por conta de uma pessoa não poderia prejudicar toda a política de habitação do município. Nesse momento, foi solicitada que a mesma deixasse para realizar a ação em outro momento, preferencialmente dias após o mutirão, pois uma ação como essa num momento destinado ao trabalho social poderia acabar com o mesmo desfazendo todo o vínculo que havia sido construído até aquele momento. Porém, no primeiro momento a engenheira manteve seu posicionamento. Em uma segunda conversa, com a presença do Secretário de Meio Ambiente, que foi o principal parceiro na organização do mutirão, foi novamente explicitada à engenheira os impactos negativos de uma ação, como a que ela estava planejando realizar, para os vínculos que o



trabalho já havia construído com a comunidade. Então, a mesma concordou em separar as ações e realizar essa intervenção, que está relacionada ao acompanhamento da equipe de Infraestrutura, em outro momento.

O mutirão ocorreu no dia 01 de agosto, tendo como eixo central orientações relacionadas ao descarte do lixo e limpeza dos resíduos acumulados no entorno, o mesmo, foi também um momento de oferta de serviços e articulação de parcerias para o trabalho.

Enquanto a empresa de limpeza urbana trabalhava com suas máquinas na limpeza do entorno das casas a equipe de saúde atendia as famílias no stand que foi montado para recebê-las. Nessa oportunidade, foi realizada pesagem, vacinação, aferida pressão arterial, orientações quanto a diversos tipos de doenças no que tange a sua prevenção e tratamento além de encaminhamentos para a unidade de Saúde que é responsável por atender as demandas dos moradores do conjunto. A equipe dos Agentes de Endemias passou em todas as casas e realizou o levantamento de animais domésticos, vistorias para a prevenção de focos de Dengue e, além disso, a coleta de fezes e urina para a realização de exames com o intuito de elaborar um diagnóstico relacionado aos tipos de verminoses encontradas nas famílias. Uma equipe formada por um representante do Trabalho Social, da associação de reciclagem local e da vigilância Sanitária realizou visita nas residências.



Fotos do mutirão. Fonte: Arquivo pessoal.

Essa oportunidade foi utilizada para repassar os dias estabelecidos para a coleta, orientar sobre a melhor maneira e horário de colocar o lixo para fora de casa; a representante da reciclagem mobilizava a separação do material informando que eles estariam passando em dias opostos ao da coleta normal para buscar esses, já a vigilância disponibilizou material informativo sobre como se prevenir da Dengue, como identificar se a carne está saudável, informativo sobre medicamentos verdadeiros, lixo bem cuidado e cuidados com a água para consumo humano.

A ação destinada à horta comunitária foi a escolha do terreno, para isso, se contou com a participação do consultor Sidney, que já desenvolve hortas orgânicas num projeto social com crianças no Centro Jovem São Jorge, de 3 moradoras que fazem parte da comissão local, de



um representante da Vigilância Sanitária, e dos colaboradores que nos foram apresentados nessa oportunidade do Mutirão, foram esses professores e turma do curso de agroecologia do colégio estadual e o engenheiro agrônomo do município. Ficaram estabelecidas duas possibilidades de terrenos para a implantação da horta comunitária, sendo que, uma delas foi sinalizada como foco principal para a tentativa de viabilizar esse trabalho.

É importante sinalizar que a participação da Secretaria de Meio Ambiente ocorreu no suporte de todo o mutirão e que o Secretário reforçou as orientações de cuidado com preservação ambiental em fala realizada no carro de som que deu suporte a ação. A Engenheira, representando a Secretaria de Infraestrutura, esteve presente realizando orientações individuais, ou seja, nas casas das famílias e, além disso, socializando informações mais gerais sobre espaçamento de calçadas, intervenções permitidas ou não e etc. em fala realizada no carro de som.

Já no final do mutirão houve uma intervenção, no âmbito da educação e saúde, com as crianças, que depois de lancharem, assistiram a um teatro de bonecos elaborado pelos Agentes Comunitários de Saúde que visou a prevenção contra as verminoses. De imediato a avaliação desse momento pelos envolvidos foi bastante positiva

Após período de sistematização de dados, avaliações e articulações visando já a proposta do projeto final das Residentes, foi realizada uma nova visita a Vila para coleta de informações urbanísticas e topográficas, bem como novo contato com os moradores da Vila, neste momento foi marcada uma nova reunião. Nesta reunião, que contou com poucos moradores demonstrando a falta ainda de articulação e união entre eles, foi realizada uma roda de escuta no qual foram apresentadas as ideias das propostas para o trabalho final e arguida ideias e opiniões acerca deles. Neste momento os moradores presentes apresentaram pontos importantes na formação do trabalho social e urbanístico, paralelo sempre a questionamentos pessoais a cerca de suas residências.



Fotos reunião. Fonte: Arquivo pessoal.

Nos últimos dias o trabalho se voltou para a sistematização final de todos os dados e busca de uma proposta para agregar uma intervenção de pós-ocupação urbanística integrada



ao trabalho social. É importante destacar que o trabalho de articulação com as políticas Setoriais e Entidades é contínuo;

2.3 Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta.

2.3.1 Macroárea

A cidade Ruy Barbosa surgiu a partir da penetração de bandeirantes paulistas na área originalmente ocupada por indígenas, que foram expulsos da Serra do Orobó através de ações planejadas na base de operações que foi fixada na cidade de Cachoeira no ano de 1961. Esse processo foi estimulado pela Carta Régia de 1701 na medida em que estabeleceu a distância de mais de dez léguas da costa para a criação de gado gerando um vetor de desenvolvimento da pecuária para as regiões do sertão.

Diante disso, essas terras passaram a ser procuradas para a instauração da criação de gado. Com o passar do tempo essa região foi sendo dividida em sesmarias que mais tarde se tornariam fazendas. As mesmas passaram por uma sucessão de heranças e vendas de modo que as terras da fazenda Brejo Grande da Serra do Orobó passaram a pertencer ao Capitão Inácio de Araújo Pinto. Foi esse senhor juntamente com seus irmãos que deram início a construção de uma capela localizada na Praça Castro Cincurá esse movimento de evolução da fazenda fez com que a mesma se tornasse um ponto de pouso para os viajantes que passavam em busca das lavras diamantinas situadas próximas a essa região. Diante disso, a fazenda Orobó Grande, como passou a ser chamada, se tornou uma rancharia, em torno da qual, surgiu um pequeno povoado com esse nome. Nesse sentido, A Lei provincial nº 2 476, de 26 de agosto de 1884 transformou essa localidade em distrito de paz que recebeu a denominação de Santo Antônio dos Viajantes do Orobó Grande e pertencia ao território de Itaberaba.

Mais tarde, a Lei estadual nº. 022-A, de 25 de junho de 1914, desmembra esse território e cria o município de Orobó que vem a ser instaurado em 6 de outubro desse ano. Somente em agosto de 1922 é que essa localidade recebe o nome de Ruy Barbosa em homenagem a esse grande jurista. Nesse momento se consolida a cidade de Ruy Barbosa sendo composta por 3 distritos, são eles: o da sede, Morro das Flores e Tapiraípe¹.

Esse Município tem altitude de 368 metros estando a uma distância de 326 km da capital do estado, Salvador, sendo sua acessibilidade feita principalmente por meio de uma rede de estradas federais e estaduais. O mesmo é situado aos pés da Serra do Orobó, que tem 950 metros e é utilizada como rampa de asa delta e roteiro de ecoturismo.

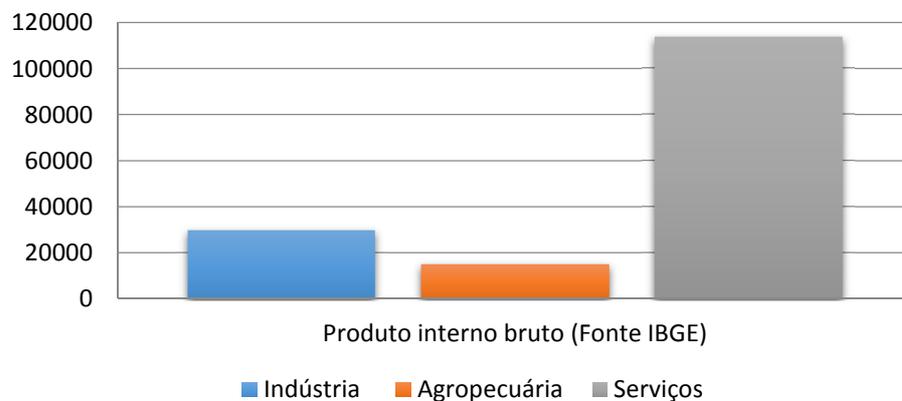
¹ Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260familias92720&search=bahia|ruy-barbosa|infograficos:-historico>. Acesso em: 21/02/2014.



De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2014 correspondeu a 31.780 habitantes sendo que, atualmente o território municipal conta com os distritos de Morro das Flores e Tapiraípe e os povoados do Riacho Dantas, Zuca, Santa Clara, Caldeirão do Morro, Colobró, Barbado, Humaitá e assentamento Poço Longe. Essa cidade pertence à microrregião de Itaberaba e a mesorregião do centro norte baiano sendo integrante do território de identidade Piemonte do Paraguaçu, a cidade possui uma área de aproximadamente 2.171,509 Km², clima semiárido e uma densidade demográfica de 13,76 habitantes por Km².

De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social- PLHIS, com relação à situação socioeconômica do município, a economia é representada principalmente por serviços, seguida da indústria e agropecuária, sendo a última identificada pela presença de pequenas propriedades rurais, onde a principal fonte de renda é a agricultura com o cultivo de feijão e milho, dentre outros; e a pecuária, tendo como principal rebanho o bovino, através da criação de gado de corte e de leite, salienta-se a importância de programas de gestão e políticas neste setor, ainda não potencializados. Apesar da grande representatividade da atividade comercial ainda é possível perceber a procura por apoio em cidades da região.

Produto Interno Bruto



No que se refere aos equipamentos urbanos, percebe-se que o centro possui desenvolvimento bem divergente com relação às regiões periféricas e rurais, podendo se observar praças (cerca de nove praças e mais três propostas), hospital, postos, bancos, mercados, comércio e serviços em geral, seguindo o padrão de desenvolvimento das cidades brasileiras onde os bairros mais distantes do centro apresentam grande carência de equipamentos públicos, bem como de arborização. É válido salientar que não existe transporte urbano no município, a locomoção é feita através de moto-táxi, carro particular, bicicleta ou a pé. É a região central também a mais bem servida de infraestrutura, possuindo pavimentação, esgotamento sanitário, água e energia elétrica de forma mais abrangente.

A cidade não possui cobertura natural, demonstrando diversas áreas que não atendem adequadamente padrões de conforto, agravando o desconforto causado pelo clima quente e



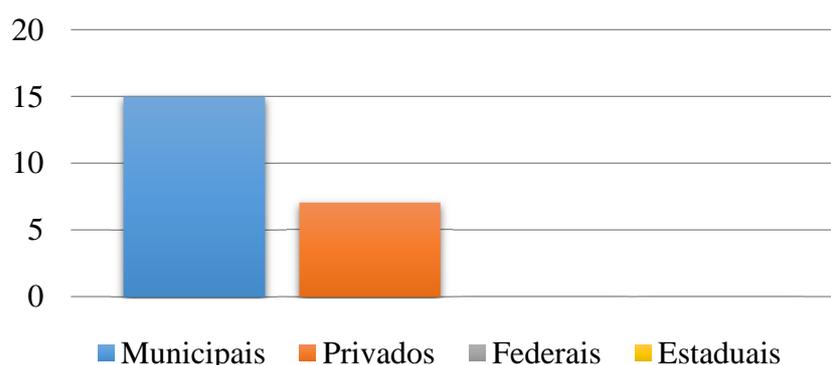
úmido. A prefeitura vem desenvolvendo propostas para diminuir a evidente situação, propostas que demandam um esforço coletivo de educação ambiental e preservação.

Com relação a estrutura da prefeitura não há uma organização responsável diretamente pelo desenvolvimento da área que envolve habitação de interesse social. Porém, o setor de infraestrutura do município se mostra parceiro no esforço de assistência dessa produção habitacional. Outra secretaria que deve ser citada é a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) que promove ações voltadas para uma política de equidade, inclusão social, promoção da cidadania e respeito a dignidade da pessoa humana e, além disso, tem assumido a parte de cadastro e seleção das famílias a serem beneficiadas pelos programas habitacionais. Diante disso, é importante citar algumas das estruturas de apoio para o desenvolvimento dessa política pública, no âmbito local,:

- Centro de Referência da Assistência Social CRAS (02 unidades: sede e Tapiraípe);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV de 06 a 15 anos (01 unidade);
- SCFV (antigo Projovem) 15 a 17(01 unidade);
- Um Infocentro, que tem como principal objetivo combater a exclusão digital;
- Centro de Qualificação Artesanal – Mauá, principal objetivo qualificação profissional e a inserção ao mercado de trabalho;
- Padaria Comunitária;
- Escola de Artesanato Mineral que tem como objetivo promover a profissionalização especializada;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- Centro de convivência do Idoso;
- Casa Lar Amanda Oliveira Costa- Esse Serviço de Acolhimento Institucional é destinado para crianças e adolescentes de ambos os sexos.

De acordo com dados do IBGE 2012, esse Município conta também com 15 estabelecimentos de saúde públicos, 07 estabelecimentos públicos privados, 85 fundações privadas e associações sem fins lucrativos, 43 escolas públicas de ensino fundamental, dois de ensino médio e 34 escolas de nível pré-escolar.

Estabelecimentos de Saúde





A cidade aponta índice de pobreza de aproximadamente 48%, segundo dados do IBGE 2010, unido a isso e disponibilizado pela prefeitura existem alguns dados usados para os cálculos de déficit habitacional, onde são apresentadas as características dos domicílios localizados na sede do município, os dados são de 2011, mas demonstram uma configuração que pouco se alterou nos últimos anos:

Domicílios rústicos	651 unidades
Domicílios inadequados	1154 unidades
Coabitação familiar	433 unidades
Lotes vazios	352 unidades
Casas em construção	190 unidades

Portanto, é diante desse contexto municipal que foi produzido um conjunto de casas no bairro Dom Mathias, no qual reside o público alvo desse Projeto. Sendo assim, os mesmos serão caracterizados a seguir.

2.3.2 Microárea

O bairro Dom Mathias é proveniente de terras cedidas pela Igreja Católica, levando o nome do clérigo responsável pela iniciativa. Essas terras foram loteadas e doadas para população de baixa renda, em média 1 salário mínimo, inscrita no cadastro da igreja.

As casas têm padrão habitacional comum a regiões da cidade, tendo sido construídas com materiais doados e mutirões. O loteamento tem ruas principais largas e ruas transversais com caixa de 3,50 metros. Os lotes são pequenos, possuindo poucos lotes adequados aos padrões legislativos da cidade. A igreja e prefeitura através de acordo vêm concedendo títulos de posse para regularizar a titularidade dos lotes.

Na área mais antiga do bairro existe rede geral de água, luz e rede de esgoto, pavimentação na maior parte das ruas, porém nos loteamentos recentes essa infraestrutura é ainda muito deficiente, apresentando poucas ruas com pavimentação, iluminação precária, poucos equipamentos públicos e comerciais. Na área já urbanizada do bairro não existem espaços para construção de equipamentos urbanos ou praças existindo tão somente a Igreja com área verde. Vale salientar a falta de arborização do bairro, sendo uma região de grande insolação e desconforto.



No bairro existem hoje alguns equipamentos de destaque, são eles: um local para internamento de pessoas com deficiências físicas e mentais mantido pela Igreja; a creche pré-infância para 120 crianças com recursos do FNDE; a sede própria do CREAS, em construção. Existe ainda uma área destinada à construção da APAE, e de praças na área de expansão do bairro. No entorno é importante citar a existência da Associação Menina mulher.

O bairro de forma geral possui pouca infraestrutura sendo essencial o deslocamento a região central da cidade para suprir as demandas existentes pela população.

2.3.2 A Vila

A Vila da Dignidade, assim intitulada pela administração municipal, é constituída de 60 unidades habitacionais oriundas de recursos do PAC 2. Com rede de água, luz e rede de esgoto composta de fossas ligadas a uma fossa maior que tem destino final em um riacho próximo a região.

O terreno no qual as casas foram construídas foi cedido pela Igreja, nesse mesmo terreno há uma creche e ainda serão instaladas 80 unidades habitacionais financiadas pelo PMCMV para os funcionários municipais efetivos, um CREAS, já em construção, e uma APAE.



Fotos Vila. Fonte: Arquivo pessoal.

As 60 famílias beneficiadas viviam em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, visto que os beneficiários moravam em domicílios improvisados (de taipa, sem saneamento básico, rede de energia elétrica, esgoto nem água encanada), que muitas vezes não o pertencia, ou seja, se destinou a pessoas que não tinham onde morar ou moravam em péssimas condições. Essa ação faz parte do programa Moradia Digna com recursos do Programa Minha casa Minha Vida e teve como agente operador a Família Paulista crédito Imobiliário S/A.

As casas têm área padrão de 37,44m², sendo compostas de dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda e área de serviço. As ruas do empreendimento possuem pavimentação em paralelepípedo. A distância do loteamento até a área central da cidade é de aproximadamente 1250 metros, sendo esse percurso composto de pouca arborização.



As casas foram entregues aos contemplados, no dia 15 de fevereiro e foi estabelecido pela gestão municipal o prazo de 30 dias para as famílias realizarem a mudança para os imóveis entregues. O fato desse, ser o primeiro projeto realizado pela gestão municipal, no âmbito da habitação, gerou algumas dificuldades, devido à falta de experiência, nessa área.

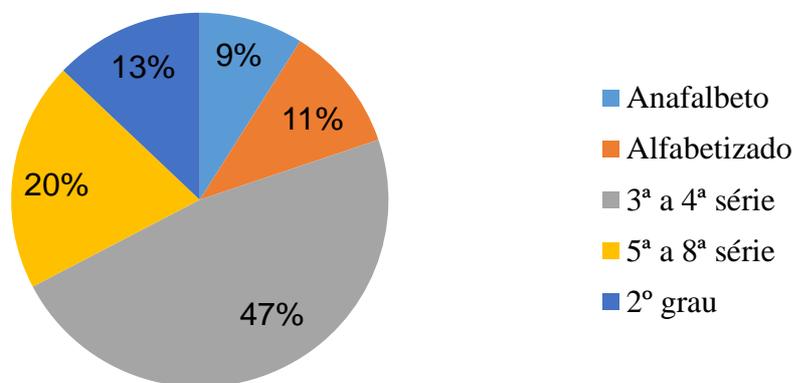
Nesse contexto é que esse trabalho será desenvolvido, envolvendo a primeira entrega de casas realizada através das novas diretrizes da política de habitação nacional.

2.3.4 Perfil dos Moradores

Essa caracterização está baseada nos dados coletados através da realização do cadastro das famílias moradoras do Conjunto. Nessa oportunidade, foram realizadas visitas em todas as casas, porém, nas tentativas de aplicação desse instrumento, algumas famílias não foram encontradas. Diante disso, das 60 famílias moradoras do conjunto foram cadastradas 46. Nesse conjunto foi levantado um total de 225 moradores, sendo que, a maioria desses são crianças e jovens, pois o número da população de 0 a 17 anos corresponde a 134 enquanto que os maiores de 18 anos somaram apenas 91 moradores.

O nível de escolaridade indicou que 48% dos moradores que realizaram o cadastro estudou até o 4º ano do Fundamental I como especifica o gráfico abaixo:

Nível de instrução escolar



Com relação a situação ocupacional dos adultos pode-se perceber que a predominância é o desemprego, pois 27% estão nessa situação. Essa realidade se agrava quando esse percentual é somado ao que indica a inserção precária no mercado informal de trabalho, correspondente a 22% atuando com a realização de trabalhos pontuais, ou seja, bicos e 4% sendo autônomos. Desse modo, são 53% dos adultos em situação de desemprego e subemprego como demonstra o gráfico a seguir:

No que se refere ao número de pessoas que moram em cada domicílio é predominante a presença de, até cinco pessoas, na composição familiar. Porém, foi encontrado em 15 das 46

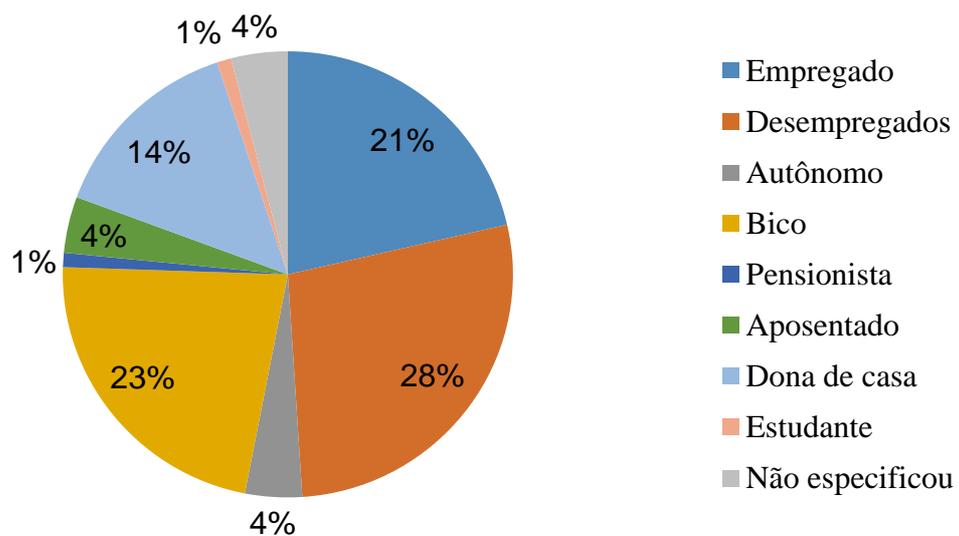


casas cadastradas um número maior de moradores, ou seja, cerca de 33% dos imóveis abrigam mais de 5 pessoas indicando um adensamento excessivo ao que o imóvel comporta.

A presença de pessoa com deficiência foi indicada em 5 famílias, já a pessoa idosa faz parte de 4 grupos familiares. Com relação as atividades de lazer e cultural, em 72% dos domicílios os moradores não tem acesso, assim como, em 87% foi indicada a inexistência de atividades comunitárias como festas locais, campeonatos etc. Os 13% restante sinalizaram a ida de alguns moradores para um campo de futebol, ao lado das casas, como atividade de lazer.

Com relação aos serviços, foi indicado que 63% das famílias não estavam tendo acesso a acompanhamento médico e os 35% que acessavam tinha que se deslocar para as unidades de saúde onde eram acompanhadas anteriormente, localizadas, muitas vezes, em bairros distantes. Já a coleta de lixo foi indicada por 96% dos domicílios como normal, lembrando que nesse momento a população ainda não tinha orientações concretas sobre dias e horários da coleta local.

Situação ocupacional dos maiores de 18 anos



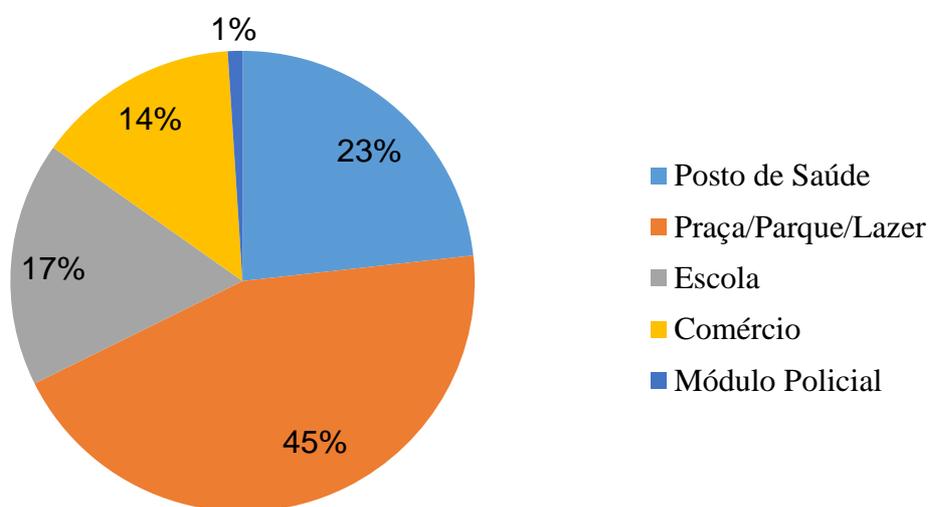
Quando questionados sobre os aspectos positivos de estarem morando na nova casa os fatores mais apontados foram sair do aluguel e morar num imóvel próprio, poucas pessoas apontaram aspectos negativos e os que sinalizaram indicaram o fato de não ter piso, muro, de ser num local afastado e de insegurança.

É importante destacar que 96% das beneficiárias do programa são mulheres e que as mesmas, na maioria das vezes, assumem o papel de mantenedoras nas famílias cadastradas. Outro dado a ser destacado é o quesito raça-cor que, com base na auto definição do informante, foi possível identificar que na maioria dos cadastros os mesmos se declararam como pardos (24) ou negros (15), sendo que apenas (6) se consideraram brancos.



A cobertura do Programa Bolsa Família é total nos cadastros realizados e muitos desses grupos familiares têm como única fonte de recursos financeiros a quantia recebida através dessa ação de transferência de renda. Diante dessa realidade, foi possível notar que 48% das famílias não possuem nenhuma fonte de renda, 37,7% possui renda per-capita menor que um $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, sendo essa, maior que essa média, em apenas 13,3% dos casos. No que diz respeito ao levantamento realizado através desse cadastro, quanto ao que as famílias consideram como sendo prioridade para ser construído no entorno, o que foi apontado em maioria foi a criação de espaços de lazer como praças, parques, áreas de convivência etc., como demonstra o gráfico abaixo:

O que deve ser construído no entorno



Fora os dados das demandas dos cadastros, durante outras reuniões foram levantadas demandas e ideias para a localidade, quais sejam ela:

- Segurança pública;
- Iluminação;
- Pertencimento ao Local;
- Espaço para reuniões e eventos da comunidade;
- Lixeiras para separação de resíduos recicláveis;
- Arborização e áreas verdes (5 tons de verde);
- Áreas para exercícios e caminhada;
- Comércio / Box comerciais.

Diante disso, a intervenção proposta pela atuação da RAU+E pretende se basear nas diretrizes apontadas pelas famílias, que indicaram as necessidades com base no que vivenciam nessa realidade.



2.4 Legislação Pertinente

Deverão ser consideradas as seguintes legislações municipais, estaduais e federais pertinentes, independente de citação:

2.4.1- Federal

Constituição da República Federativa do Brasil/88, Art. 182 e 183.

Decreto 7499/2011 - Minha casa Minha Vida 2

Lei 12.424 - Minha Casa Minha Vida 2

MPV 514/2010 - Minha Casa Minha Vida 2

Decreto 6962/2009 - Minha Casa Minha Vida

Lei 11.977/09 - Minha Casa Minha Vida

Lei 11.888 - Assistência Técnica

Lei nº4.380-64 Sistema Financeiro da Habitação

Lei nº6.938-81 Política Ambiental

Lei nº10.257-01 Estatuto da Cidade

Decreto-Lei nº271-67 Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)

2.4.2- Estadual

Constituição do Estado da Bahia, 1989 – Título VI, Da Ordem Econômica e Social

LEI Nº 10.704 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007 Cria o Conselho Estadual das Cidades da Bahia. ConCidades/BA e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.949 DE 06 DE MARÇO DE 2008 Regulamenta o Conselho Estadual das Cidades da Bahia - ConCidades/BA e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 08 DE ABRIL DE 2008 Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual das Cidades da Bahia, ConCidades/BA

LEI Nº 11.041 DE 07 DE MAIO DE 2008 Institui a Política e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Estadual de Interesse Social e dá outras providências.

2.4.3- Municipal

Lei Orgânica do Município

Lei do Plano Diretor Municipal

Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo

Lei de Parcelamento do Município

Código de Obras e Edificações, Código de Urbanismo e Arquitetura, Código.

3. Pesquisas, oficinas e metodologias na definição da proposta de assistência técnica.



3.1 Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade e definição dos projetos específicos.

O projeto, ora apresentado, é resultado do trabalho na pós-ocupação da Vila, e para tanto, foi necessário conhecimento da realidade local através da aproximação com a comunidade. Essa aproximação foi iniciada em fevereiro de 2014, onde as residentes desenvolveram atividades que buscaram, principalmente, a escuta da população local sobre suas demandas e sugestões de melhorias.

Através da realização de entrevistas, reuniões e oficinas foram levantados elementos para a elaboração dessa proposta que visa contribuir com a sustentabilidade do empreendimento possibilitando uma melhoria na qualidade de vida da comunidade. Diante dessa realidade, pode-se perceber que o trabalho aqui sugerido foi idealizado de forma participativa e incorpora elementos sugeridos pela população local.

É importante destacar que a proposta aqui desenvolvida vai lidar com a realidade de um empreendimento que foi resultado de demanda aberta, ou seja, da livre inscrição no programa, sem que haja definição de restrição por cotas ou território. Segundo Mota (2014) isso ocorre quando as diretrizes do PMCMV preveem, dentre outras coisas, a seleção de famílias com identidades territoriais diversas, que geralmente passam a morar na mesma área.

Desse modo, o trabalho proposto pretende atuar nas especificidades desse tipo de intervenção habitacional que atualmente apresenta a realidade já indicada, e que pode ser descrita por Mota:

[...]alguns problemas referidos à manutenção das intervenções assim como à vivência coletiva como um todo têm apontado para alguns desafios a serem superados: os mecanismos de exclusão do macroambiente urbano; a diversidade de origens das famílias assentadas; a adoção quase que massiva de uma única tipologia residencial (multifamiliar); a incidência de fatores de agravamento dos conflitos sociais, tais como a violência urbana, o tráfico de drogas, a marginalização, o baixo poder aquisitivo das famílias e as dificuldades inerentes à efetivação de atuações intersetoriais, visando à integralização das políticas públicas.(MOTA, 2014)

Diante do exposto, e das questões e demandas colocadas pela população as propostas individuais puderam ser definidas. As duas propostas visam a melhora da qualidade de vida e o desenvolvimento comunitário, através do fortalecimento comunitário, educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento socioeconômico. Sendo o projeto aqui apresentado de cunho urbanístico, e o da outra Residente de cunho social, ambos integrados a fim de realizarem projetos complementares que objetivem concretizar as ações citadas.

3.2 Projetos de referência e indicação do projeto específico no escopo geral da proposta.

Com intuito de auxiliar na produção do projeto urbanístico, proposta desse trabalho, foram reconhecidas algumas referências que visam balizar o conceito da proposta. Entre as referências está o livro Cidade Para Pessoas de Jan Gehl, o qual serviu de norte para muitos



ensaios durante a elaboração da proposta. E algumas de suas frases chaves foram essenciais na reflexão do pensar a cidade, ideia proposta pelo autor.

Outra importante referência para o projeto foi o Parque Linear Tagus, em Portugal, que mostra uma área de 15 000 m² que foi adquirida do setor privado industrial e transformada em uma área de lazer em contato com o Rio, antes negado as comunidades adjacentes, formando assim um espaço democrático, com uso de materiais de recicláveis, e criação de espaços públicos que visem a interação da população com o meio ambiente.

4. Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas previstas para desenvolvimento e implantação do projeto.

O projeto consiste na qualificação de um espaço de aproximadamente 130.000 m², utilizando como norte para o traçado urbanístico os fluxos e topografia já existentes que evidentemente já demarcam os espaços, foi a partir dele que o projeto teve seu desenho definido. Além do fluxo, o bioma local da cidade, a caatinga, foi essencial para definição do paisagismo, na perspectiva de manter a essência espacial existente e salvaguardar os sistemas naturais existentes. O projeto visa utilizar a vegetação local de forma selecionada no projeto, em vista que o clima local, de poucas épocas de chuvas, não favorece a criação de grandes áreas de paisagismos. Tendo esses dois elementos norteadores, foram criados espaços de atividades esportivas, lazer e infraestrutura que miram o fortalecimento comunitário, sua integração com a cidade, e a educação ambiental. Demais equipamentos solicitados, como quadra poliesportiva, escola, posto de saúde, já tem projeto e área definidos pelo município em espaços próximos a área da Vila, desta forma elas não entram na proposta de projeto aqui trabalhada.

O projeto tem como premissa utilização de materiais locais e de fácil acesso, sejam eles a pedra, concreto e madeira. Além disso, como parte do processo de fortalecimento e pertencimento por parte dos moradores da Vila foram propostas áreas para elaboração de mosaicos, horta que futuramente será geradora de renda para comunidade, e paisagismo participativo, com plantios realizados com a participação da comunidade.

De grande importância também é a proposta de instalações futuras, a praça foi moldada para permitir uma evolução, qual seja a expectativa de uma associação de moradores da Vila, ou outros equipamentos, como áreas comerciais demandadas pela população.

Dentro dos 130.000m² existem já equipamentos construídos, e a futura instalação da APAE e de um novo condomínio para 80 famílias. Esta última com proposta já aprovada e em fase de conclusão de projeto, é questionada, por se tratar de mais um conjunto fora da área central da cidade, em uma região sem equipamentos urbanos e infraestrutura, porém foi vista também de forma positiva no fortalecimento da região e diminuição da segregação espacial, existente entre a Vila e os demais equipamentos e residências da região. Desta forma, uma área para caminhada foi criada para integrar essas áreas.



Esse trabalho pretende traduzir a identidade da comunidade no espaço proposto, por isso áreas serão destinadas a produções artísticas e culturais, que ficarão expostas permanentemente, criando um ponto de visitação local que possibilite evitar a exclusão social e espacial, dessa área, com relação ao restante da cidade.

4.1 Objetivo geral

Promover a qualificação urbanística de uma área de 130mil m² na área que inclui a Vila, localizada na cidade de Ruy Barbosa.

4.2 Objetivos específicos

1. Qualificar o espaço através da criação de praças, parques infantis, paisagismo, integrando e fortalecendo a comunidade com o meio ambiente, e os espaços públicos antes não existentes;
2. Desenvolver ações de educação ambiental e patrimonial através da criação de espaços onde possam ser realizadas práticas esportivas e artísticas, a fim de trabalhar essas temáticas;
3. Designar espaço para criação da Horta comunitária, que posteriormente deverá gerar renda para a comunidade;
4. Melhorar a qualidade de vida da comunidade, com áreas para realização de exercícios e caminhadas;
5. Propor nova implantação para conjunto que será inserido no mesmo terreno onde a Vila está e demais equipamentos urbanos serão propostos, com intuito que este se integre e possa permitir a criação de espaços públicos, de convivência e de contemplação da vista para Serra do Orobó;
6. Priorizar o uso de materiais locais e recicláveis, a permitir assim também a educação ambiental;
7. Criar espaço para descarte e separação de lixo orgânico e reciclável.

4.3 Definição de conteúdos, programa, detalhes e outras definições do projeto

A qualificação urbanística proposta, visa a melhora da qualidade de vida e fortalecimento da comunidade através da criação de espaços públicos que permitam a prática esportiva, de lazer, educação ambiental e patrimonial. Para tanto o seguinte programa foi designado:

- Praça e espaços de convivência;
- Criação de ciclovia;
- Criação de pista de atletismo;



- Área para ginástica;
- Quadra de vôlei;
- Anfiteatro e arquibancada;
- Horta comunitária;
- Parque infantil;
- Cisterna;
- Área para descarte de lixo;
- Condomínio com 80 unidades;
- Bicicletário;
- Ciclovia;
- Qualificação do campo de futebol;
- Pergolados;
- Paisagismo;
- Espaços de convivência.
-

4.4 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento ou implantação do projeto/ anteprojeto, como subsidio para efetivação de um o Termo de Referência.

A proposta de qualificação urbanista na pós-ocupação da Vila necessita dos seguintes meios para subsidiarem o projeto , e efetivarem um termo de Referência.

- **Plano de Trabalho** – nele deve ser desenvolvido metodologia de trabalho, as etapas e cronograma do trabalho e estratégias para mobilização e orientação da comunidade no que tange o direito a cidade;
- **Levantamentos** – neste momento deverão ser realizadas consultas à comunidade, levantamentos topográficos e geotécnicos, de infraestrutura existente e legislação específica.
- **Compatibilização de projeto** – incorporação das informações recolhidas nas etapas anteriores e sugestões da comunidade. Elaboração de plantas, cortes e especificação de materiais e custos preliminares básicos.
- **Projetos complementares** – elaboração de projetos complementares quais sejam eles: geométrico; pavimentação; drenagem; paisagismo; equipamentos urbanos; terraplanagem.
- **Elaboração de projeto executivo** – detalhamento de projeto urbanístico e complementares, elaboração de peças gráficas finais, orçamentos, memorial e especificações.

5. Viabilidade institucional, econômica e financeira.



Podem-se indicar como possibilidade de financiamento dessa proposta os recursos próprios do poder público municipal bem como convênios particulares indicados e mediados pela prefeitura.

6. Equipe Técnica e Orçamento previsto

Os requisitos da equipe chave deverão ser comprovados mediante a apresentação dos documentos de comprovação profissional.

Formação/ Função	Experiência Exigida	Tempo Mínimo de Formaçã o	Qtd.	Tempo Trabalho (horas)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total previsto
Arquiteto e Urbanista Coordenad or	Sênior - Coordenação de estudos e projetos multidisciplinares, englobando especialmente as disciplinas descritas nas atividades objeto do contrato	>10 (dez) anos	01	420	91,73	38.526,60
Arquiteto e Urbanista	Pleno - Elaboração de estudos e planos urbanísticos, conservação ambiental e de desenvolvimento urbano	> 2 (dois) anos	01	840	77,42	65.302,80
Arquiteto e Urbanista	Pleno - Elaboração de estudos e planos urbanísticos, conservação ambiental e de desenvolvimento urbano.	> 2 (dois) anos	01	640	77,42	49.548,80
Arquiteto e Urbanista	Pleno – elaboração de projeto paisagístico. Experiência na área	> 5 (cinco) anos	01	160	67,48	10.796,80
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo			01	420	14,85	6.237,00
Assistente Social	Pleno - Participação de planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária	> 2 (cinco) anos.	01	240	131,34	31.521,60
Engenheiro Sanitarista ou Civil	Sênior - Elaboração de projetos de infraestrutura urbana.	> 10 (dez) anos	01	320	90,22	28.870,20
Equipe técnica de Engenharia para trabalho de campo	Pleno - Realização de levantamentos de campo	> 5 (cinco) anos.	01	150	90,22	13.533,00
Engenheiro Ambiental	Sênior - Elaboração de projetos		01	160	90,22	14.435,20



	ambientais					
Estagiário de Assistência social			01	120	14,85	1.782,00
Total						260.554,00
Bonificação e Despesas Indiretas - BDI (32,5%)						84.680,05
Total Geral						354.234,05

OBS. INCLUEM INSS, FGTS NORMAL, FGTS RESCISÃO, FÉRIAS, 13º SALÁRIO, DESCANSO SEMANAL REMUNERADO, VALE TRASPORTE, ETC. VALORES DA EQUIPE TÉCNICA COM BASE NA TABELA SINAPI DEZ/2014.

** LUCRO, TRIBUTOS SOBRE A NOTA FISCAL, RATEIO DO CUSTO DA ADMINISTRAÇÃO, CUSTO FINANCEIRO, ETC.

A previsão de custos para o desenvolvimento deste trabalho, na forma de projeto executivo é de R\$354.234,05 conforme valor estimado na tabela.

É importante destacar que o detalhamento orçamentário dos itens dessa planilha será atualizado oportunamente, com base nos preços reais do momento em que as decisões sobre a fonte financiadora forem consolidadas, pois, se o município assumir a execução, muitos dos recursos a serem utilizados podem ser disponibilizados pelas secretarias e instituições existentes como demonstrado em algumas parcerias indicadas.

7.Cronograma previsto

Estima-se que os trabalhos para desenvolvimento/projeto executivo do projeto proposto seja de 4,5 meses, conforme cronograma abaixo:

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
		1	2	3	4	5	6
ETAPA 1							
1- Plano de Trabalho	Prazo em dias	10					
ETAPA 2							



		MESES					
<i>2-Levantamentos cadastrais, topografico e geotécnicos</i>	Prazo em dias	30 ■					
<i>3-Oficinas com as comunidades</i>	Prazo em dias	20 ■					
<i>4- Legislação Urbanística Específica</i>	Prazo em dias	5 ■					
ETAPA 3							
<i>5- Complementação de informações e avaliações</i>	Prazo em dias		20 ■				
ETAPA 4							
<i>5- Projetos complementares</i>	Prazo em dias			45 ■			
ETAPA 5							
<i>6- Elaboração de projeto executivo</i>	Prazo em dias				30 ■		



8. Anexos

8.1. Bibliografia

ARANTES, P. F.; FIX, M. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação**. 2009

BONDUKI, N.G. **Origens da Habitação Social do Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei de Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

CARDOSO, A. (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 322p.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Ruy Barbosa, 2011.



8.2 Anexos

- I. Formulário de cadastro realizado aos moradores da Vila

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL
POLITICA DE HABITAÇÃO

CADASTRO SOCIOECONOMICO VILA DA DIGNIDADE

Nº da casa: _____

I - SOBRE O(A) CHEFE DE FAMÍLIA(1º Responsável):

Nome: _____ Sexo: _____

Apelido: _____ Idade _____

Data de Nascimento: ___/___/___ RG: _____

Orgão Emissor: _____ UF _____ Data de Emissão: ___/___/___

CPF: _____ Endereço: _____

CEP: _____ Tel. de Contato: _____

SITUAÇÃO CIVIL: () solteiro(a) () casado(a) () viúvo(a) () divorciado(a) () União estável ()

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Tempo que reside no Município: _____

Nível de instrução:

() analfabeto () alfabetizado () 1º á 4º série () 5º á 8º série () 2º grau () 3º grau

Principal Ocupação: _____

Renda: _____

Há caso(s) de pessoa(s) com deficiência(s) no grupo familiar? () sim () não Qual o tipo de deficiência(s)? _____

Possuí o Benefício de Prestação Continuada (BPC)? () sim () não

Existem idosos no grupo familiar? () sim () não

Qual(is) a(s) idade(s)? _____

Existe acompanhamento médico? () sim () não

Em qual Unidade de saúde? _____

A família participa de algum programa e/ou Projeto Social? () sim () não

() Serviços do CRAS Quais? _____

() Programa Bolsa Família (PBF)

() outros _____ R\$ _____

Pratica Atividade de Lazer/Cultural/Esportiva? () sim, qual? _____ () não

Quais as áreas de interesse presentes na família? () Grupo de gestante () pintura em tecido ()

Grupo de Família () culinária () informática para idoso () karatê () Horta comunitária ()

Criação de associação

Sugestão de outras áreas de interesse:

6.0 Nº de famílias na residência () uma família () duas famílias () mais de duas famílias

SITUAÇÃO HABITACIONAL

7.8 – Quais os pontos positivos e negativos da mudança para nova moradia?



POSITIVOS _____

NEGATIVOS _____

O que acha que deve ser construído no entorno?

Está acontecendo a coleta de lixo periódica na sua rua? () Sim. Vezes por semana? _____ () não

Existem atividades (festas, campeonatos esportivos, atividades culturais, etc) sociais realizadas pelos moradores de sua rua (seu bairro)? () sim, quais? _____

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

9.1 Algum membro da família participa de organizações sociais? () sim () não

9.1.2 Em caso positivo, que tipo de organização: () Sindicato () Associações () Entidade Filantrópica () ONGs () Cooperativa () outros

9.2 Se participa já recebeu algum tipo de qualificação ou treinamento? () não () sim Qual? _____

X – OBSERVAÇÕES:

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu _____ portador(a) da cédula de identidade RG Nº _____ AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material a ser publicado para fins de estudo e/ou pesquisa.

_____, _____ de _____ de _____.



II. Convite para reunião

